

1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos 28 de**  
2 **janeiro do ano de dois mil e quinze.** Estavam presentes os conselheiros e as conselheiras  
3 municipais de saúde, além de convidados e convidadas, conforme lista de presença anexa,  
4 devidamente assinada e que faz parte desta ata. O Sr. Paulo Tavares Mariante, Presidente do  
5 Conselho Municipal de Saúde, deu início à reunião às 19h saudando aos presentes e promovendo a  
6 leitura da ordem do dia: 1) Informes; 2) Ata da reunião ordinária realizada em 17 de dezembro de  
7 2014; 3) Continuidade de discussão sobre a prorrogação do convênio Real Sociedade Beneficência  
8 Portuguesa; 3) Situação dos usuários de radioterapia; 4) Resolução nº 02 de 12 de dezembro de  
9 2014 (anexo); 5) Situação do Pronto Atendimento São José (proposto pela Executiva do conselho).  
10 **1) Informes:** Segue-se apresentação de informes de acordo com ordem de inscrições: ELZA:  
11 questiona quem são os responsáveis pela Saúde Mental e Assistência domiciliar em Campinas,  
12 referindo situação de familiar que é acamada e há cerca de um ano não recebe assistência em  
13 domicílio e informa que é residente do bairro Bosque; VAGNER solicita esclarecimento da gestão  
14 sobre execução de verba parlamentar no valor de R\$ 180.000,00 destinada ao Centro de Saúde  
15 Ernesto Sierra Hunovitch em 2012; GERARDO relata situação de precariedade em que se encontra o  
16 Centro de Saúde Paranapanema e recente ocorrência de ameaças aos trabalhadores por parte de  
17 usuários, levando a paralisação de atividades da referida unidade em 27 de janeiro de 2015 por  
18 iniciativa dos trabalhadores e cujo produto foi uma lista de reivindicações encaminhada a  
19 Secretaria Municipal de Saúde com prazo de quinze dias para resposta; TROMBETA relata más  
20 condições de trabalho e atendimento e carência de funcionários no Pronto Atendimento Centro,  
21 refere que levará a via judicial caso não sejam tomadas providências e questiona a Vigilância  
22 Sanitária acerca da fiscalização a farmácia local e do Almoarifado da Prefeitura Municipal de  
23 Campinas; FRANCISCO convida os presentes para reunião do Fórum Popular de Saúde a ser  
24 realizada em 03 de fevereiro de 2015 às 19h30min e propõe moção de repúdio ao Projeto de  
25 Conversão de Lei nº 18 de 2014 (da Medida Provisória nº 656), art. 142, que autoriza o  
26 investimento na saúde de capital estrangeiro (anexo); ALEXANDRE questiona o atraso na  
27 construção do Centro de Saúde Oziel e situação dos equipamentos e máquinas da Regional 7 que  
28 permanecem quebrados, ressaltando como consequência a falta de recolhimento de entulhos com  
29 aumento de risco para a população daquele território de acidentes com animais peçonhentos e,  
30 por fim, questiona baixa contratação de profissionais; VALDIR informa eleição do conselho local de  
31 saúde do Ambulatório do CEASA, denuncia condições precárias de trabalho e assistência do Centro  
32 de Saúde Carlos Gomes; MARIANTE informa sobre convites e documentos encaminhadas à  
33 Executiva do Conselho e informa nomeação de servidora para a Secretaria Executiva do Conselho,  
34 contrariando resolução prévia do Conselho e propõe moção de repúdio a tal procedimento por  
35 parte da Prefeitura Municipal de Campinas; HELOÍSA (transcrita integralmente conforme solicitação  
36 de conselheiro Trombeta) “Como o Trombeta mencionou a Vigilância Sanitária e eu sou da  
37 Vigilância Sanitária eu gostaria de me dirigir aos conselheiros para informar que estas questões do  
38 almoarifado e da farmácia dos Centros de Saúde elas são questões antigas, a gente vem  
39 trabalhando sobre elas há algum tempo, a Vigilância Sanitária tem inspecionado o almoarifado  
40 sim, tem feito relatórios duros inclusive, assim como a gente inspeciona outros estabelecimentos  
41 de armazenamento de medicamentos, é verdade sim que o almoarifado é um local vulnerável, eu  
42 já falei aqui neste conselho por várias vezes que a população está sim exposta a riscos, mas não é  
43 uma falha da Vigilância Sanitária; embora a Vigilância Sanitária trabalhe apenas com sete  
44 farmacêuticos neste município cobrindo todo o município de Campinas, há dez anos que não se  
45 contrata farmacêutico, contratou na gestão passada dois, um já pediu demissão e só temos uma  
46 porque as pessoas não aguentam, eu mesma esta semana trabalhei um dia inteiro sem almoço  
47 sequer porque não tinha condição e nós temos que defender a saúde pública e se nós não  
48 defendermos ninguém defende e eu enquanto coordenadora da Executiva no último ano da gestão  
49 anterior protocolei no ministério público uma denúncia, inclusive tem uma cópia e originais no  
50 conselho, porque eu não fiquei com documento em casa, entreguei tudo quando entreguei a

51 secretaria executiva; a gente precisa fazer uma reunião Mariante com o Ministério Público aqui,  
52 inclusive a imprensa me procurou esta semana querendo falar sobre o almoxarifado e eu falei que  
53 vamos fazer uma reunião com o promotor para saber qual encaminhamento dado à denúncia  
54 protocolada há um ano; se a Vigilância Sanitária não é atendida, porque se é lá no setor privado a  
55 gente interdita e tem outra do lado para fornecer, se é aqui no município como que nós vamos  
56 interditar o almoxarifado e a população aonde vai pegar os medicamentos? A gente precisa tomar  
57 pé disso, mais ainda, o orçamento do ano passado tinha orçamento para reformar o almoxarifado e  
58 hoje não tem então comprar um ar-condicionado, colocar ponto de ar-condicionado, será que é tão  
59 difícil assim? Enquanto a gente comprou um bolo de R\$ 3.000,00, R\$ 4.000,00 para o Mário Gatti,  
60 enquanto a gente fez uma festa R\$ 90,00 por cabeça, contratou um buffet com o dinheiro do Mário  
61 Gatti, será que é tão difícil assim? Eu não acredito!"; EDISON presta esclarecimentos sobre  
62 questionamentos dirigidos à gestão: solicita à Elza que procure a gestão do Centro de Saúde Centro  
63 e do Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) Leste e que encaminhe a questão formalmente ao  
64 Departamento de Saúde, sobre o questionamento de Vagner informa que há pendência quanto à  
65 elaboração de projeto para uso do recurso; MARCOS esclarece que é de ciência do governo os  
66 problemas referentes ao almoxarifado e afirma que há um plano de ação para solução destes  
67 problemas, quanto ao Centro de Saúde Paranapanema esclarece que há plano de manutenção para  
68 esta unidade com verba já disponível, quanto ao Centro de Saúde Oziel esclarece que haverá  
69 construção da nova unidade ainda no primeiro semestre do ano de 2015 e estão em andamento  
70 melhorias nas condições de atendimento e farmácia conforme solicitações do conselho local de  
71 saúde e acrescenta que após conclusão destas serão realizadas melhorias no Módulo de saúde  
72 Monte Cristo, quanto ao Centro de Saúde Orozimbo Maia (Centro de Saúde Ernesto Sierra  
73 Hunovitch) reitera afirmação feita por Edison quanto a pendências referentes à elaboração de  
74 projeto para a unidade e as obras de manutenção terão início ainda no primeiro semestre do ano  
75 de 2015. ROBERTO MARDEM encaminha questão de esclarecimento ao Marcos sobre terceirização  
76 do almoxarifado e Marcos nega que haja processo de terceirização. Finalizados os informes,  
77 Mariante destaca presença do Vereador Pedro Tourinho na reunião. **2) Ata da reunião ordinária  
78 realizada em 17 de dezembro de 2014:** Mariante passa a votação da Ata da reunião ordinária  
79 realizada em 17 de dezembro de 2014; na ausência de questionamentos e acréscimos à ata é  
80 encaminhada votação com aprovação por maioria. **3) Continuidade de discussão sobre a  
81 prorrogação do convênio Real Sociedade Beneficência Portuguesa:** Mariante esclarece que a  
82 discussão foi iniciada ainda na última reunião ordinária do conselho, porém não houve deliberação  
83 por exiguidade do tempo e foi deliberado que este ponto seria retomado na presente reunião para  
84 deliberação, apesar de este ponto já ter sido encaminhado ad referendum. Na ausência de  
85 questionamentos e colocações acerca deste ponto, é encaminhada votação com aprovação por  
86 maioria, com cinco abstenções e zero contrário. **4) Situação dos usuários de radioterapia:** Mariante  
87 esclarece que este ponto foi encaminhado a Executiva do Conselho Municipal de Saúde a partir de  
88 uma demanda da Ouvidoria da Saúde do município. Trata-se da situação de vinte e dois pacientes  
89 usuários do serviço de radioterapia e foram informados de que não haveria disponibilidade para  
90 atendimento no Hospital Municipal Mario Gatti (HMMG), serviço até o momento colocado como  
91 referência para estas demandas. Em seguida é dirigida a palavra ao presidente do HMMG Sr.  
92 Marcos Pimenta para esclarecimentos sobre este ponto. Sr. Marcos Pimenta inicia a exposição  
93 destacando que foram feitas quatro autuações de natureza burocrática ao HMMG por parte do  
94 órgão que realiza coordenação da área de oncologia em âmbito nacional, CNEN (Comissão Nacional  
95 de Energia Nuclear), devido às quais foi desencadeado processo de revisão de procedimentos  
96 administrativos relativos ao serviço de oncologia do HMMG. Na sequência, expôs o histórico do  
97 HMMG como referência no tratamento de oncologia desde 1976; informa que em 2006 houve  
98 adequações para que a instituição fosse classificada como Centro de Oncologia, incorporando  
99 serviço de quimioterapia e que em 2008 o HMMG foi habilitado como UNACON (Unidade de  
100 Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) pelo Ministério da Saúde. Esclarece que em

101 setembro de 2014 foram apontadas inconformidades administrativas por parte da CNEN (Comissão  
102 Nacional de Energia Nuclear) que tiveram atraso na regularização e, por isso, o HMMG foi autuado  
103 pela referida comissão com determinação de interrupção de atividades de radioterapia. Esclarece  
104 que tal determinação não foi cumprida e que o serviço de radioterapia permaneceu em  
105 funcionamento uma vez que se tratava de demandas relativas à apresentação de documentos.  
106 Esclarece que em dezembro de 2014, diante da persistência das inconformidades junto ao CNEN e,  
107 ainda, da determinação de suspensão de atividades, considerando o risco de penalização dos  
108 servidores que operam o serviço de radioterapia, a direção do HMMG fez opção por restrição do  
109 atendimento apenas aos casos mais graves e urgentes. Destaca, ainda, que as referidas  
110 inconformidades foram avaliadas por técnicos do HMMG como inócuas tanto para servidores que  
111 operam o serviço de radioterapia quanto para pacientes e, portanto, não houve exposição de  
112 nenhum destes grupos a riscos. Coloca que a situação foi regularizada a partir de 10 de janeiro de  
113 2015 e atendimento integral foi retomado pelo serviço de radioterapia do HMMG. Adicionalmente,  
114 Marcos Pimenta informa que não somente houve regularização da situação descrita como haverá a  
115 partir de fevereiro de 2015 expansão da oferta de atendimento em radioterapia que passará a  
116 trabalhar com três turnos e que houve disponibilização de recurso financeiro por parte do  
117 Ministério da Saúde para expansão do serviço de oncologia do HMMG e apela ao Conselho para  
118 que este empenhe esforços adicionais junto ao Ministério da Saúde para liberação breve da  
119 segunda parcela de tal recurso a fim de dar andamento às obras de ampliação. Informa que com o  
120 referido recurso será possível construir um segundo andar no atual serviço de oncologia do HMMG,  
121 o que permitirá que o serviço quase dobre a oferta assistencial que passaria a oferecer acima de  
122 12.000 sessões de quimioterapia ao ano (atualmente oferece cerca de 8.000), cerca de 11.000  
123 consultas ao ano em oncologia (atualmente são realizadas cerca de 7.000), acima de 1.000  
124 consultas de cuidados paliativos ao ano (atualmente são realizadas cerca de 400), cerca de 50.000  
125 sessões de radioterapia ao ano (atualmente são realizadas cerca de 25.000) o que representará  
126 atendimento a cerca de 800 usuários ao ano (atualmente estão em torno de 360). Na sequência,  
127 Mariante dirigiu a palavra a representante da Ouvidoria da Saúde Ivone. Ivone esclarece que a  
128 questão de suspensão do atendimento aos usuários de radioterapia pelo HMMG foi encaminhada a  
129 ouvidoria por parte do Hospital da PUCAMP segundo o qual os pacientes oncológicos em  
130 seguimento naquele HMMG vinham relatando negativa de atendimento por parte do HMMG e que  
131 após apuração da situação houve encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde para  
132 discussão. Na sequência, Mariante dirige a palavra a Diretora de Saúde Mônica. Mônica coloca  
133 necessidade de se abrir discussão a respeito da oncorrede neste conselho e informa que tem sido  
134 desenvolvidos trabalhos para estruturação da oncorrede com participação do governo do estado o  
135 que significará ampliação da oferta assistencial em oncologia desde o diagnóstico até o tratamento  
136 e, ainda, aponta necessidade de ampliar discussão sobre demais redes assistenciais. Mariante  
137 informa que na reunião da Executiva foi pactuada com representantes da gestão municipal a  
138 realização de uma reunião com participação da Diretoria Regional de Saúde e governo do estado  
139 pautando o tema da oncorrede a fim de ampliar entendimento sobre o tema. Na sequência  
140 Mariante abre discussão para plenário. Segue apresentação de discussão de acordo com ordem de  
141 inscrições: PEPE sugere que o conselho acesse a gestão do HMMG a fim de obter mais detalhes  
142 sobre as inconformidades junto ao CNEN, inclusive por meio de análise de documentos, para tornar  
143 mais claro o conteúdo das mesmas. MARIANTE registra o fato de que, até ser encaminhada esta  
144 demanda pela Ouvidoria da Saúde, o Conselho não havia recebido qualquer informação acerca dos  
145 problemas referentes ao atendimento aos usuários de radioterapia e pondera que a  
146 disponibilização de informações a este respeito poderia ter proporcionado oportunidade ao  
147 Conselho de atuar a fim de solucionar a situação. VERA parabeniza a atuação da Ouvidoria e ao  
148 HMMG pela adesão a oncorrede e propõe à Executiva do Conselho que seja averiguado o conteúdo  
149 detalhado das inconformidades apontadas pelo CNEN a fim de certificar que não houve exposição  
150 de servidores e usuários a radiação. TROMBETA sugere ao Conselho que solicite ao CNEN por meio

151 de ofício esclarecimentos sobre esta questão e expõe que em sua experiência de trabalho teve  
152 contato com o CNEN e que o órgão sempre atendeu com prontidão às demandas apresentadas  
153 tendo em vista a natureza do trabalho com uso de radiação e que considera estranho o modo como  
154 à questão foi conduzida em relação ao serviço de oncologia do HMMG. HELOÍSA aproveita a  
155 oportunidade, mesmo fugindo do tema em discussão, e questiona o andamento da reforma do  
156 centro cirúrgico do HMMG e se atualmente este se encontra em condições de funcionamento de  
157 acordo com as normas técnicas vigentes. GERARDO pontua duas questões: primeiro por que o  
158 Conselho Municipal não foi informado sobre a situação enfrentada pelo serviço de oncologia, que  
159 considera ser por desinteresse em tornar o problema público o que julga como algo grave; a  
160 segunda questão pontuada foi acerca da demora em atender as exigências do órgão coordenador.  
161 Por fim, problematiza a informação sobre privatização da farmácia do HMMG que tem sido tema  
162 de discussões entre trabalhadores e usuários, e solicita ao Conselho Municipal e ao Conselho Local  
163 que busquem esclarecimentos sobre esta questão junto à gestão do HMMG e, por fim, propõe que  
164 a questão seja pautada no próximo pleno do conselho. VALDIR se apresenta como membro do  
165 Conselho Local de Saúde do HMMG e coordenador de sua Comissão Executiva e expõe que não  
166 recebeu informação sobre a situação vivida pelo serviço de radioterapia e sugere que este fato  
167 signifique que existe intenção em esconder informações do Conselho o que considera desrespeito  
168 ao controle social. JOÃO critica a situação de precariedade do transporte de pacientes oferecido  
169 pela Prefeitura Municipal de Campinas e apela por transparência por parte da administração  
170 quanto à situação deste serviço e medidas para enfrentamento das dificuldades. Em seguida  
171 Mariante dirige a palavra ao presidente do HMMG para resposta aos questionamentos  
172 apresentados durante o debate. Marcos Pimenta coloca que, quanto a esclarecimentos e acesso a  
173 documentos relativos à questão da radioterapia junto a CNEN, coloca todos os documentos estão à  
174 disposição do Conselho Municipal de Saúde; esclarece que o Ministério Público Federal foi  
175 acionado pelo HMMG para intermediar a relação com a CNEN na pessoa do promotor Áureo e foi  
176 agendada uma audiência conciliatória entre as duas instituições para primeira quinzena de janeiro  
177 de 2015, mas não chegou a ser realizada a pedido da CNEN que logo depois emitiu o alvará de  
178 funcionamento para o serviço. Mais uma vez destaca que não houve exposição de trabalhadores e  
179 pacientes a radiação, sendo que a demanda por parte da CNEN era exclusivamente documental  
180 devido à perda de prazo para apresentação por parte do HMMG. Em relação ao período de  
181 suspensão do serviço determinado pela CNEN, Marcos Pimenta colocou que o serviço de  
182 radioterapia foi mantido em funcionamento integral, mesmo sob suspensão por parte do CNEN, e  
183 simultaneamente foram feitos procedimentos para sanar as pendências com aquele órgão. Porém,  
184 com a extensão do período de tempo sem resolução de tais pendências, considerando também o  
185 risco de penalidades sobre os técnicos responsáveis diretos pelo serviço, foi feita opção por  
186 suspensão de todos os atendimentos eletivos mantendo-se somente aqueles de urgência. Colocou  
187 necessidade de fazer discussão sobre forma de repasses de recursos para constituição da  
188 oncorrede, considerando número elevado de pacientes de outros municípios. Com relação aos  
189 questionamentos relativos à transparência do processo, Marcos Pimenta reiterou afastamento de  
190 riscos de exposição à radiação por técnicos do próprio HMMG e que a pendência foi estritamente  
191 documental decorrente de perda de prazo de apresentação de documentos comprobatórios por  
192 parte do HMMG a CNEN e justifica que a não comunicação ao Conselho Municipal e ao Conselho  
193 Local foi por considerar se tratar de questão de ordem estritamente administrativa e admite que  
194 teria sido mais adequado comunicar a Conselho Municipal a decisão de suspensão de serviços  
195 assim que foi tomada em dezembro de 2014. Quanto ao questionamento acerca da reforma do  
196 centro cirúrgico do HMMG, informa que foi iniciado processo de contratação para manutenção do  
197 centro cirúrgico e afirma que hoje o centro cirúrgico aguarda tal manutenção e que há processo em  
198 tramitação na DRS 7 com requisição de reforma que aguarda aprovação. Por fim, afirmam que o  
199 número de servidores na farmácia do HMMG é insuficiente, as solicitações de contratação não  
200 podem ser atendidas pela Prefeitura Municipal de Campinas e, diante disso, será realizada

201 subcontratação de empresa através de licitação para gestão da dispensação de medicamentos e os  
202 servidores serão aproveitados em outros setores do HMMG. Mariante dá sequência à leitura das  
203 propostas apresentados durante a discussão: 1) realização de reunião de caráter regional  
204 abrangendo municípios que compõem DRS 7 ainda no primeiro semestre de 2015 para discussão da  
205 formação da oncorrede regional; 2) que o Conselho Municipal de Saúde formalize pedido de  
206 informações a respeito de todo o processo junto a CNEN referente ao serviço de radioterapia do  
207 HMMG; 3) que o Conselho Municipal de Saúde formalize pedido de informações a respeito desta  
208 questão também a CNEN; 4) realização de discussão pelo Conselho Local de saúde do HMMG, pela  
209 Executiva do Conselho Municipal de Saúde e no pleno do mesmo Conselho acerca da situação da  
210 farmácia do HMMG e que durante este período de discussão qualquer processo de licitação seja  
211 suspenso. Marcos Pimenta pondera que a suspensão do processo licitatório poderá incorrer em  
212 problemas para a prestação do serviço pela farmácia. Trombeta solicita que seja requisitado a  
213 CNEM informação sobre possíveis vazamentos de radiação pelo equipamento utilizado pelo serviço  
214 do HMMG. Feita leitura e colocações adicionais, as propostas foram encaminhadas a votação com  
215 aprovação por maioria dos conselheiros presentes com seis abstenções. **4) Proposta de moção de**  
216 **repúdio ao Projeto de Conversão de Lei nº 18 de 2014 (da Medida Provisória nº 656), art. 142:**  
217 **submissão de moção de repúdio a aprovação da Lei Federal 13.097/15 que prevê abertura ao**  
218 **capital estrangeiro na oferta de serviços de saúde (texto integral anexo). Aprovada por maioria com**  
219 **2 votos contrários e 3 abstenções. 5) Proposta de moção e resolução sobre a situação da**  
220 **Secretaria Executiva do Conselho:** submissão de proposta de moção e Resolução que manifestam  
221 repúdio a nomeação por parte do Prefeito municipal para a Secretaria Executiva do Conselho  
222 Municipal de Saúde de servidora diversa daquela designada pelo próprio Conselho (texto integral  
223 anexo). Aprovada por maioria com 5 votos contrários e 1 abstenção. **6) Resolução nº 02 de 02 de**  
224 **dezembro de 2014 da Secretaria Municipal de Saúde:** continuidade de discussão iniciada em  
225 reunião em 21 de janeiro de 2014 acerca de resolução de autoria da Secretaria Municipal de Saúde  
226 que trata da distribuição de jornada dos servidores municipais. Mariante inicia discussão  
227 destacando que a publicação de tal resolução ocorreu logo após realização da Oficina de Atenção  
228 Básica e que tal assunto não foi mencionado durante a oficina, bem como não houve comunicação  
229 ao Conselho sobre tal questão apesar do extenso alcance sobre a assistência de tal medida e coloca  
230 contrariedade do Conselho com este tipo de procedimento, questiona curto espaço de tempo para  
231 operacionalização de mudanças que a resolução implica; coloca como proposta inicialmente  
232 debatida na Executiva do Conselho a prorrogação de tal resolução em no mínimo 30 dias para  
233 oferecer mínimo de tempo para adequação. Questão de ordem levantada por conselheiro  
234 Francisco: chama atenção para ordem da discussão com apresentação por parte da Secretaria  
235 Municipal de Saúde de justificativas para tal resolução seguida de apresentação por parte da  
236 representação de trabalhadores de posicionamento deste seguimento, seguido de debate.  
237 Mariante encaminha ao pleno proposta de prorrogação do tempo de reunião por 30 minutos.  
238 Proposta aprovada por unanimidade. Dirigida palavra ao Diretor de Recursos Humanos Aguinaldo  
239 que expõe que tal demanda é proveniente de coordenadores de unidades de saúde que  
240 apresentaram dificuldades de gestão frente à heterogeneidade de modos de distribuição das  
241 jornadas; informa que foi apurada, em conjunto a distritos e unidades, existência 194 modos de  
242 distribuição de jornadas diferentes. Expõe que os objetivos com a proposta de nova resolução  
243 normativa eram buscar maior horizontalidade possível entre as diversas categorias profissionais e  
244 maior cobertura possível de profissionais para os períodos de funcionamento das unidades a fim.  
245 Coloca concordância por parte da Secretaria Municipal de Saúde em adiar o início de vigência da  
246 resolução a fim de ouvir as inconformidades verificadas por parte das equipes e unidades a fim de  
247 buscar melhor adequação possível, tendo em vista busca por maior cobertura possível de  
248 assistência para a população. Expõe esforços da Secretaria Municipal de Saúde para recomposição  
249 e quadro de funcionários através da realização de concursos públicos e informam concursos já  
250 realizados, em andamento e previstos para médicos, agentes comunitários de saúde e técnicos de

251 enfermagem. Ao fim da apresentação do Diretor, a palavra foi dirigida ao conselheiro Francisco em  
252 nome do segmento de trabalhadores. Francisco faz leitura de proposta de resolução para o  
253 conselho com sugestão de adiamento por 90 dias da aplicação de adequações de jornada a fim de  
254 oferecer tempo razoável para discussão de tal medida e deliberação no Conselho Municipal de  
255 Saúde, subsidiado por estudos de impacto, bem como requisita esclarecimento quanto à urgência  
256 por parte da Secretaria Municipal de Saúde em operacionalizar tal medida. Por fim, propõe que o  
257 tema de implantação de controle eletrônico de ponto de servidores seja objeto de debate no  
258 Conselho antes do desencadeamento de processo de implantação. Na sequência Mariante abre  
259 discussão para plenário. Segue apresentação de discussão de acordo com ordem de inscrições:  
260 CLAUDIA se apresenta como coordenadora do Centro de Saúde Rosália e coloca que a flexibilidade  
261 da distribuição da jornada de trabalho dos profissionais tem sido solução para garantir a oferta de  
262 assistência aos usuários; pondera que não há necessidade de enrijecimento de jornadas para  
263 garantir controle de cumprimento de jornadas; pondera necessidade de se considerar que a  
264 remuneração oferecida no município está defasada em relação a outras localidades e que boa parte  
265 dos profissionais mantêm dois empregos, sendo que o enrijecimento de jornadas pode inviabilizar  
266 compatibilização e gerar pedidos de redução de jornadas e/ou demissões o que acarretaria  
267 aprofundamento da crise vigente. Conclui propondo revogação da resolução em debate. ERIKA se  
268 apresenta como médica do Centro de Saúde Rosália, reitera avaliação de que a resolução em  
269 questão terá como consequência desassistência e pondera que heterogeneidade de jornadas é  
270 consequência da heterogeneidade dos próprios serviços e horários de funcionamento. Apresenta  
271 documento assinado por servidores do Centro de Saúde São Marcos em que solicitam revogação da  
272 resolução referida e manutenção das jornadas tal como se apresentam, tendo em vista atenderem  
273 a necessidades de funcionamento da própria unidade. Conclui questionando se a proposta de  
274 adequação de jornadas se aplica também aos servidores em cargos de gestão e servidores do setor  
275 de Vigilância. PEPE se apresenta como médico aposentado da prefeitura coloca testemunho de  
276 experiência pessoal, afirmando que a flexibilidade na gestão do trabalho é uma necessidade para  
277 enfrentamento de crise como a que está instalada na Saúde no município. VERA expressa  
278 concordância com falas anteriores e coloca que a medida proposta através da resolução em  
279 questão tem como propósito acabar com o SUS municipal e conclui propondo organização dos  
280 trabalhadores com propósito de fazer enfrentamento a tal medida, convocando o Sindicato dos  
281 Servidores na figura de representante presente para intermediar tal organização. PAULO se  
282 apresenta como médico do Centro de Saúde Anchieta, coloca que a partir das intervenções feitas  
283 no debate até o momento fica claro que a medida adotada pela Secretaria Municipal de Saúde  
284 quanto às jornadas foi um erro e sugere que seja corrigido. JULIANA expressa concordância com  
285 intervenções anteriores, destacando impertinência desta medida frente ao que há de necessidade  
286 para o funcionamento adequado das unidades e defende aprovação da proposta de adiamento por  
287 90 dias desta medida. NEY reitera o equívoco que representa a adoção da medida em questão e  
288 informa que para o caso de adoção de controle eletrônico de ponto dos servidores, é factível  
289 realizar o armazenamento de todas as jornadas hoje em vigor num espaço reduzido de memória  
290 digital não sendo impeditivo para manutenção das mesmas; pondera que a prorrogação do prazo  
291 para implantação da medida prevista na resolução deve considerar como possibilidade também a  
292 revogação da mesma como conclusão das discussões a serem realizadas dentro deste prazo.  
293 ADELINO em nome do Sindicato dos trabalhadores municipais de Campinas (STMC) reitera  
294 necessidade de extensão do prazo para adoção de medidas quanto às jornadas, reafirmando  
295 ausência de justificativas para mudança de algo que tem sido funcional até o momento. Questão de  
296 ordem apresentada por conselheiro Manoel: verificação de quórum para deliberação. Mariante  
297 procede à verificação. Diante da existência de quórum é dado seguimento a reunião. Mariante  
298 encaminha para deliberação proposta de resolução feita durante o debate em que é posto prazo de  
299 90 dias de suspensão da resolução proposta pela Secretaria Municipal de Saúde para adequação de  
300 jornadas e, dentro de tal período, que seja realizada discussão com gestores e profissionais das

301 unidades de saúde seguida de nova discussão no Conselho Municipal. Proposta aprovada por  
302 maioria dos presentes com 5 votos contrários (texto integral anexo). Em virtude do adiantado da  
303 hora, a pauta referente à situação da reforma do PA São José foi remetida a próxima reunião do  
304 Conselho Municipal a ser realizada em 11 de fevereiro de 2015. Conselheiro Gerardo coloca como  
305 informe a respeito deste tema a realização de manifestação pública em defesa do Pa São José em  
306 03 de fevereiro de 2015 a partir de 14h em frente ao PA. Em tempo, o Diretor de Recursos  
307 Humanos Aguinaldo se colocou a disposição para apresentar os procedimentos e resultados da  
308 preparação da resolução que trata dos regimes de jornadas de trabalho dos servidores e  
309 acrescenta, sobre o controle eletrônico de ponto dos servidores, que se trata de determinação do  
310 Ministério Público Federal e é objeto de Termo de Referência. Nada mais havendo a tratar, foi  
311 encerrada a presente reunião às 21 horas e vinte minutos. Eu, conselheira Ellen Machado Rodrigues  
312 lavrei a presente ata que após lida, analisada e discutida será assinada por membros do Conselho  
313 Municipal de Saúde de Campinas.